



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e dois de dezembro de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões: Ordinária do dia quinze de dezembro de dois mil e quinze; Especial do dia dezessete de dezembro de dois mil e quinze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.558/2015, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.560/2015, autoria do Poder Executivo, que “Institui a Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construções para fins de apuração do valor venal de imóveis para fins de lançamento do IPTU – Imposto sobre a Propriedade no exercício de 2016”. Antes da leitura do projeto, o vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem. Como nós já estamos no fim do ano e eu estou vendo aqui que não há encaminhamento de votação nenhuma, só de pareceres. Foi lido o Projeto 1.558 de IPTU e posteriormente da Planta de Valores. Como que a Sua



Excelência vai conduzir? Porque já tem parecer, vai pedir que isso passe para a segunda parte de votação, algum vereador vai pedir? Porque a reunião...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não tem parecer não, vereador”. O Senhor Presidente: “não tem parecer”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não tem parecer não”. O Senhor Presidente: “está entrando hoje”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “está entrando hoje, mas tem vereador aí que alega que já está na hora do recesso, então...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “porque não resolve isso hoje...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, mas não tem parecer”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “espera aí, eu estou com a palavra, Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu acho que IPTU devia resolver hoje, vota ou não vota e acabou. Esse negócio de ficar enrolando linguíça não adianta. Eu, por exemplo, entrou hoje, eu vou pedir para pôr em votação. Se ninguém pedir, posteriormente, eu vou pedir para dispensa de interstícios e votação do IPTU e da iluminação pública. Obrigado”. O Senhor Presidente: “com relação ao IPTU, eu já encaminhei o Projeto de Lei 1.558 à Comissão de Legislação e Justiça, foi lido aqui, agora não tem mais jeito”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas o Senhor pode consultar o Plenário, Presidente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ainda mais... Senhor Presidente, questão de ordem”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o Senhor pode consultar o Plenário das outras Comissões”. O Senhor Presidente: “eu estou encaminhando o Projeto à Comissão de Legislação e Justiça”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “claro, foi lido o parecer. Questão de ordem, Senhor Presidente, só um minuto. Como foi encaminhado e já leu o parecer da Legislação e Justiça, falta qual Comissão para dar parecer?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não leu,



Nélio, não tem parecer”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “oi?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não tem parecer. O projeto...”. O vereador Leci Alves Campos: “não tem parecer ainda”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “está entrando na Casa hoje”. O Senhor Presidente: “não tem parecer”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “...semana que vem?”. O Senhor Presidente: “este projeto está entrando hoje na Casa”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tá, o projeto está entrando e eu estou propondo... Eu estou propondo... E eu estou propondo, Presidente...”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “silêncio, silêncio. Pedir licença... Pedir licença... Pedir licença... Pedir licença à senhora. Meu amigo, vocês... Vocês... Vocês têm que colaborar e ficar em silêncio, senão não vai dar andamento à reunião. Ô bacana, você me dá licença? Que vocês não têm direito de manifestarem. Oh não, você não vem bagunçar aqui não. Você aí, você de camisa azul, você se comporte... Você se comporte, colabora, entendeu? Então, Nélio, o negócio é o seguinte, eu já encaminhei o projeto à Comissão, ok?”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “eu vou... Se os senhores não se comportarem, eu vou pedir a vocês para se retirarem, tá? Vocês comportem aí, tá?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vocês têm que ter um pouco de...”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “e quem falou que vai aumentar? Não foi votado ainda. Eu não vou ficar discutindo com plateia não, falou? Leitura de parecer. Solicito ao Senhor Secretário a leitura do Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei 1.542...”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “vocês não sabem como funciona a lei aqui dentro, tá? Aqui tem uma lei, não adianta querer gritar. Aqui, no grito, não ganha não. Vocês têm que respeitar a Câmara Municipal e os vereadores, tá? Não vem não. Pedir ao Secretário



para ler o projeto, fazer o favor”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “você não tem a palavra. Aqui não tem palavra não, aqui é vereador”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “estou te pedindo para colaborar para dar andamento à reunião”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “você manda é lá na polícia, aqui você não manda não. Delegada é lá fora, aqui é Câmara Municipal. Você devia ter educação. Delegada não manda aqui não”. O Senhor Secretário proferiu a leitura Projeto de Lei nº 1.560/2015, autoria do Poder Executivo, que “Institui a Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construções para fins de apuração do valor venal de imóveis para fins de lançamento do IPTU – Imposto sobre a Propriedade no exercício de 2016”. Durante a leitura, a plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “aqui, eu vou pedir um minuto de silêncio e falar com vocês, eu sou o primeiro a votar contra o aumento e eu já consultei vários vereadores aqui, eles vão votar contra. Agora, vocês têm que colaborar, vocês não adivinham votos de ninguém. Vocês têm que colaborar para dar um bom andamento à reunião. Educação é tudo. Vocês têm que colaborar para o bom andamento, para a gente não poder agir de outra maneira, entendeu?”. O Senhor Secretário finalizou a leitura do Projeto de Lei nº 1.560/2015, autoria do Poder Executivo, que “Institui a Planta Genérica de Valores de Terrenos e a Tabela de Valores de Construções para fins de apuração do valor venal de imóveis para fins de lançamento do IPTU – Imposto sobre a Propriedade no exercício de 2016”. Após a leitura, a plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “eu pediria à senhora que colaborasse, mais uma vez. Eu quero dizer que eu já declarei, na reunião passada, que eu sou contra. Eu acho que o povo não tem que pagar pelos desmandos que vêm acontecendo na prefeitura. Encaminho o Projeto de Lei 1.558/2015 à Comissão de Legislação e Justiça”. O vereador Nélio Aurélio de Souza:



“Senhor Presidente. Senhor Presidente, questão e ordem. Quando eu estava falando e vou concluir a minha fala, os dois projetos mais polêmicos da Casa, que é iluminação pública e o projeto que acabou de ler o vereador Secretário Silvânio, de IPTU. Esses projetos, eu estou pedindo se pode, no decorrer da reunião, o Senhor consultar o Plenário, dispensa de interstícios, das outras Comissões, já põe para votar hoje porque já acaba com isso hoje. A proposta era essa que eu ia fazer, Presidente”. O Senhor Presidente: “eu posso colocar...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só terminar, Presidente, por favor, porque não adianta a Sua Excelência falar que está com o projeto, mas tem nove vereadores aqui sentados ainda. Então, a gente... Poderia pôr o projeto até para o pessoal que está aí saber quem votou e quem não votou”. O Senhor Presidente: “eu vou colocar para o Plenário decidir. Vou atender à solicitação do senhor...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado. Democraticamente, obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “democraticamente. Quero dizer que houve um equívoco aqui, é o Projeto 1.560/2015. Vou consultar o Plenário se estão de acordo com a proposta do vereador Nélio Aurélio de Souza para que seja feita a votação nesta reunião, com dispensa de interstícios e votação em dois turnos na segunda parte da reunião, do Projeto de Lei 1.558/2015 e 1.560/2015”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “com a dispensa de pareceres e interstícios”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, por favor. Bom, todo mundo sabe como que a Casa funciona, não é isso? E todo mundo sabe que os corredores desta Casa falam. Os vereadores sabem que se esse projeto permanecer na pauta hoje, hoje, no dia de hoje, nós sabemos o resultado, não é isso? Então, Senhor Presidente, talvez as pessoas que estão aqui hoje elas não vão entender, não é isso? Mas depois elas vão conseguir entender, talvez só no ano que vem”. A plateia se manifestou.



O vereador Flávio de Almeida: “e quando eu estiver falando... Senhor Presidente, quando eu estiver falando, eu sou um homem disciplinado, o Senhor vai fazer com que eles ouçam. Eu sou um homem disciplinado e voltado para as leis e acredito na Constituição Federal, então, eu tenho esse direito. O Senhor vai fazer com que eles me ouçam. E se não me ouvirem, o Senhor vai parar a reunião, o Regimento Interno desta Casa, e fazer valer o direito deste vereador, por favor, é um direito meu”. O Senhor Presidente: “o senhor está com toda a razão”. A plateia continuou a se manifestar. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente. Senhor Presidente, por gentileza. Neste momento, o Senhor vai parar a reunião e fazer cumprir o Regimento desta Casa. Eu não sou igual aos outros vereadores, eu não ajo assim. Por gentileza, Senhor Presidente, faça valer o papel desta Casa. Eu não admito isso”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “eu pediria novamente, que nós estamos num país democrático e que é de praxe... A senhora... A senhora é delegada...”. O vereador Flávio de Almeida: “mas aqui não é delegada não. Aqui, neste Plenário, não senhor”. O Senhor Presidente: “deixa eu completar. Deixa eu completar, vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “aqui não”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “eu quero dizer...”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, por gentileza”. O Senhor Presidente: “deixa eu... Um minuto. Eu quero dizer que aqui não tem delegada, não tem governador, aqui é uma Casa de Leis, nós temos as nossas normas. Delegada manda é na delegacia, aqui não. A senhora, por favor...”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “a senhora, por favor, a senhora fica quietinha aí, já está tumultuando, senão eu vou pedir para a senhora se retirar, ou senão eu peço ao segurança para colocar a senhora lá fora. Pelo amor de Deus. Não adianta a senhora ficar rindo, não. A senhora tem que obedecer aqui. A senhora tem que dar é exemplo. Se



a senhora é uma autoridade, a senhora tem que dar exemplo. Com a palavra, o vereador Flávio e peço vocês, encarecidamente, que mantenham a ordem, me ajudem aí, colaborem aí”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “aqui, eu... Eu vou paralisar a reunião por cinco minutos. Eu vou paralisar e nós vamos conversar ali atrás, na antessala aqui, e eu vou tomar as providências após os cinco minutos”. Decorridos os cinco minutos, o Senhor Presidente: vou pedir ao público presente que nos ajude não manifestando para que nós aqui da Mesa não precisássemos tomar as devidas providências, que fica uma coisa muito ruim para todo mundo. Eu não gostaria... Infelizmente, eu não posso deixar que dois, três venham aqui atrapalhar a nossa reunião. Então, colaborem conosco. Nós aqui estamos para defender o povo. Ruim isso aí... Eu espero que vocês colaborem. Consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e pareceres e votação em dois turnos, na segunda parte da reunião, a solicitação do vereador Nélio Aurélio dos Projetos 1.558/2015 e 1.560/2015. Os vereadores que concordam com a solicitação do vereador Nélio Aurélio permaneçam como estão”. O vereador Flávio de Almeida: “eu vou me abster, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a abstenção do vereador Flávio”. O vereador Gilson Antônio Marques: “duas, com a minha também”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu também vou me abster e gostaria de justificar a minha abstenção”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também vou me abster, eu também quero justificar a minha abstenção”. O Senhor Presidente: “sim. Então, foi vencido por seis a quatro, com abstenções do vereador Flávio, vereador Silvânio, a vereadora Ângela e o vereador Gilson Marques. Então, vencido por seis votos a quatro para prosseguirmos com o projeto e colocarmos em segundo turno... Segunda parte. Primeira parte. Segunda parte é a votação do projeto 1.558 e 1.560. Com



a... O vereador... Quem pediu primeiro? Vereadora Ângela Lima justificar a sua abstenção”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “boa noite vereadores, boa noite público presente. Eu gostaria de justificar a minha abstenção, uma vez que diante da complexidade desse projeto, um projeto que chegou na Casa no dia dez de dezembro, que nós só recebemos esse projeto às dezoito horas e trinta e cinco minutos, que nós recebemos o projeto. Nós não temos condição de fazer uma votação sem antes ouvir as Comissões. Um projeto que nós acabamos de receber. E isto não significa que nós vamos votar a favor ou que nós vamos votar contra o projeto, isso significa que nós temos que ter seriedade com os projetos que chegam a esta Casa. Nós não podemos deixar acontecer o que vem acontecendo em alguns jornais do nosso município em que colunistas colocam que esta Câmara, que já estava vendo tudo, que esta Câmara iria votar os projetos no final de ano a toque de caixa, e nós não vamos fazer isso. Eu garanto para vocês que eu não vou fazer isso, eu não vou votar a toque de caixa. Quero esclarecer também que hoje não é a última reunião do ano não. O nosso ano legislativo vai encerrar, pode se encerrar até dia trinta e um de dezembro ou entrar janeiro adiante, porque hoje nós temos a responsabilidade desse projeto que entrou na Casa hoje, nós temos a LOA, a Lei Orçamentária, que já está sendo discutida, não é? E eu fiquei muito satisfeita de ver um vídeo que circulou aí nas redes sociais, onde eu sou citada e onde fala que eu não abro mão da transparência, nem da ordem nas contas públicas, isso é uma grande verdade, eu não abro mão disso e não vou abrir mão disso. Então, por isso, é que eu me abstenho porque eu acho se a Casa tem Comissões é para serem respeitadas, nós precisamos de ouvir o parecer das Comissões, senão, Senhor Presidente, nós temos que pedir para não ter Comissão. Para quê Comissão de Legislação e Justiça? Para quê Comissão de Orçamento para analisar se realmente o que





o prefeito está solicitando está correto? Nós precisamos do parecer das Comissões. Então, por isso é que eu me abstenho. Eu acho que a gente deveria tramitar esse projeto normalmente, passando pelas Comissões, e isso não significa votar contra ou votar a favor, mas votar com seriedade e com certeza do que está fazendo. Obrigada, Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, eu vou conduzir esse projeto como eu sempre conduzi a minha vida, com a mesma seriedade de sempre. Nunca votei nada aqui em toque de caixa, sempre pedi vista em tudo aqui. Se o projeto entrar hoje, nesta Casa, vou pedir vista como eu sempre fiz, independente se a Casa está cheia ou vazia. Isso é ponto de vista, cada um tem o seu, as pessoas tem o deles, eu tenho o meu. Mas o povo dessa cidade que realmente compartilha com essa cidade, que vive essa cidade todos os momentos, conhece esse vereador, sabe da minha postura. Então, se esse projeto tramitar nas Comissões, vereadora, eu vou estar todos os dias aqui estudando ele como eu sempre faço, mas, caso vocês insistam com ele hoje, eu vou pedir vista, por quê? Porque eu sei como é que funciona esta Casa, eu sei a arte de fazer política nesta Casa, mesmo conhecendo o voto e conhecendo que as pessoas vão sair daqui hoje tristes porque o projeto passou, insistem em colocar ele hoje. Então, nós, hoje, conversamos muito sobre isso. Nós vamos tramitar o projeto normal nessa Casa e vamos passar, as Comissões vão passar o que é, realmente, os valores, para cada um ter conhecimento disso, para depois cada um escolher o seu voto. E se ele vier nesta Casa, hoje, nós já sabemos que a vitória talvez não seja do povo. Então, vamos continuar com a nossa postura, vereadora, porque eu acho que esta é que funciona”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o senhor me concede um aparte, vereador?”. O vereador Flávio de Almeida: “lógico”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o senhor



antecipou a minha posição na segunda parte dessa reunião, eu também vou pedir vista nesse projeto”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o vereador Silvânio pediu primeiro, eu espero”. O Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “público presente, senhores vereadores, público que nos assiste de Casa, boa noite a todos. Senhor Presidente, eu me abstive dessa votação por uma razão muito simples, a vereadora Ângela falou e é verdade, o projeto está protocolado, ele entrou na Casa hoje, dezoito horas e aí eu... O Senhor pediu que o público que está presente aqui não se manifestasse e eu respeito muito isso, mas eu gostaria de saber se alguém tem certeza do conteúdo desse projeto que nós vamos votar aqui hoje sem ler. Nós vamos votar um projeto sem ler. Walmir leu, alguém deve ter mandado para ele, o Executivo está muito bom, deve ter mandado o projeto para o Walmir ler lá no escritório dele, porque os vereadores não leram ainda. Esse projeto foi... Ele veio aqui para a Casa, dezoito horas. E aí, a senhora lá que disse que é da Polícia Federal ou da Polícia... Delegada de Polícia, não sei, alguma coisa assim, eu duvido que na delegacia dela chegue um documento que ela não tenha lido e que ela aprove. E ela quer que a gente faça isso aqui com o discurso de dizer que o povo não pode bancar mais isso. Eu também concordo, eu me manifestei durante várias vezes aqui, totalmente contrário ao aumento de IPTU e colocaram nas redes sociais que eu era a favor do aumento do IPTU de Nova Lima. Absurdo, irresponsável. Eu me manifestei nas redes sociais e estou falando aqui, que eu vi o rapaz ali, irresponsável quem fez isso porque ele não combinou comigo voto. Eu não tratei... Ele me perguntou ali fora e só depois eu descobri, porque senão a resposta ia ser melhor. Eu disse para ele: ‘olha, eu vou analisar



o projeto'. Agora, se o projeto não chegou na minha mão, eu não posso analisar não. E vocês que estão aqui hoje, que são pessoas com toda a certeza muito instruídas, porque nós temos uma classe de Nova Lima que, infelizmente, não frequenta essas cadeiras aí não. Infelizmente, em muitos momentos, a cidade, a parte mais pobre de Nova Lima não frequenta isso aí, ela não sabe que esse aumento de IPTU, em alguns momentos, pode ser interessante sim para o centro histórico da cidade. E eu respeito quem está reclamando o direito de a gente não aumentar o IPTU lá em cima, eu respeito isso. Mas eu espero que vocês me respeitem no meu direito de, pelo menos, ler esse papel e falar assim: 'olha, vocês estão certos, é um absurdo aumentar esse IPTU do jeito que querem mesmo'. Ou então dizer assim: 'não, vamos discutir mais isso aqui, vamos chamar uma audiência pública para discutir sobre esse assunto'. Agora, gente, discutir no toque de caixa, na base da pressão, não esperem, porque eu acredito que o povo não quer esse tipo de político aqui dentro não. O povo não quer o político que vem para cá, faz força aqui, o político vota, não. O povo quer um político que tenha lado, um político que tenha seriedade nas suas decisões, e é assim que eu vou votar esse projeto. E olha, vou falar mais uma vez, quem está acostumado a me assistir aqui, eu falei durante várias vezes: 'sou contra o aumento de IPTU'. Falei durante várias vezes, fui para as redes sociais, inclusive, 'sou contra o aumento de taxa de iluminação pública'. Mas uma coisa é eu ser contra, outra coisa é eu nem conhecer. Se o teor do que tiver aqui for a favor do povo de Nova Lima, eu voto a favor. Se estiver contra, que me perdoe o prefeito, eu voto contra. Mas me deem o direito de fazer o meu papel porque eu fui eleito para isso. Eu fui eleito para representar vocês que moram lá nas Seis Pistas ainda que não queiram, porque estão alardeando nas redes sociais que os vereadores não fazem nada para lá, estão alardeando isso, ainda que não queiram, eu fui eleito para representar o



meu povo e eu vou ler esse documento com o maior respeito a vocês e a quem não está aqui, e vou votar de acordo com a minha consciência. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, questão de ordem, só para eu me identificar aqui no discurso”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, Nélio Aurélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado. O projeto foi falado... Qual projeto que foi falado que entrou hoje na Casa, às dezoito horas? Qual?”. O vereador Flávio de Almeida: “os dois que o senhor pediu”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não entrou hoje não, não pode. Esse projeto, a população sabe dele já tem um mês, como é que ele entrou na Casa hoje?”. O Senhor Presidente: “entrou hoje”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu ando para todos os cantos de Nova Lima, eles sabem. Eu só... Deixa eu concluir por favor, Presidente. Eu só estou falando que esses dois projetos são projetos que já nasceram mortos, já nasceram mortos, na minha opinião como vereador. Agora, qualquer vereador da Casa tem a prerrogativa e o direito de pedir vista sem problema nenhum, e também de votar abstenção. Eu só quis adiantar isso porque são projetos que vão encher linguiça, eu aposto que a semana que vem vai votar aqui... Eles vão votar tudo de novo aqui e o projeto nasceu morto porque não tem voto, ele não tem voto para se passar, ele não tem voto. Então, eu queria adiantar... Eu queria adiantar... Deixa eu concluir, Senhor Presidente. Eu queria só adiantar porque, por exemplo, nós não temos reunião para frente não, se votar a LOA aqui, hoje, acabou, é recesso. Concorda comigo, Presidente? Se votar a LOA não tem mais nada. Ela está na pauta para votar. Se alguém pedir para ela votar, esses projetos todos que estão em pauta só ficam para o ano que vem. E tomara então que o IPTU fique para o ano que vem mesmo, porque aí ninguém vota. Eu só estou pressionando porque ele já nasceu morto e não há necessidade de a gente ficar alimentando uma coisa aqui que não vai



andar. Obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Boa noite nobres colegas, boa noite público presente. Eu vou um pouquinho mais além. Eu queria primeiro compactuar a fala dos meus colegas Silvânio, Ângela, Flávio, em primeiro lugar. Eu também adianto, eu não sou de adiantar os meus pedidos aqui, mas já adianto que pedirei vista desse projeto se ele entrar em votação hoje, pelo mesmo motivo pelo qual já foi explanado aqui, mas por um pouco mais... Eu também recebi o tal vídeo que a vereadora mencionou ali, e na parte que tange à minha pessoa, ele diz que eu, que sempre defendi as cooperativas, ele me faz uma pergunta, se eu acharia justo votar o IPTU. Óbvio. As cooperativas da qual ele se refere são gente que votando ou não, rindo ou chorando, vão pagar onze por cento porque é prerrogativa do governo e vai reajustar por decreto, não precisa desta Casa para fazer esse reajuste. Os demais reajustes, aí sim, dependem desta Casa e é o que o vereador Silvânio falou, dependem de estudo. Só que nós somos desrespeitados N vezes quando solta aquele vídeo, quando recebem esse tipo de e-mail aqui, com um finalzinho de ameaça no fundo do e-mail. Quero dizer a vocês que eu não sou filho de pai assustado não. Vou votar aqui com a minha consciência, se o projeto estiver bom, eu vou votar a favor do projeto; se ele estiver ruim, eu vou votar contra o projeto, é para isso que eu fui escolhido. Vale lembrar que eu fui escolhido por mil e quinhentas pessoas quando numa eleição tinham cinquenta mil votos válidos, quer dizer, não são todos que votaram em mim não. Eu não sou doce, nem melado para ninguém gostar de mim, vou continuar fazendo o meu trabalho dentro daquilo que eu acredito que está certo. Aqui, num desses depoimentos, a senhora tem coragem de dizer no fundo que se lembrará nas próximas eleições dos coveiros dessa cidade. Votar IPTU é ser coveiro? Isso é o cúmulo do desrespeito. Quem quer ser respeitado primeiro tem que dar o respeito. No outro e-mail... E todos os



vereadores receberam este e-mail, com certeza. No outro e-mail a pessoa diz que na próxima eleição, ela se lembrará de eleger os representantes do povo. E é legítimo o direito dela de eleger quem ela quer, assim como é legítimo, hoje, eu votar naquilo que eu acredito, então respeitem o meu voto, que eu respeitarei o de vocês daqui a um ano, se Deus quiser. Obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “o senhor me concede um aparte vereador?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “concedido”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, como a política é uma arte, hoje mesmo nós estamos vendo vereador que há três meses atrás tinha um discurso diferenciado, tinha um discurso sobre o IPTU diferente do dia de hoje. Então, o voto é isso, não é, vereador? O voto é isso mesmo, o voto é o momento. Como eu não voto no momento, eu voto lendo e estudando aquilo que eu estou fazendo, então, como entrou hoje na Casa, eu não tenho condições de votar isso não. Só se alguém quiser realmente abrir a porta e entrar para a cadeia se votar um projeto que entrou às dezoito horas”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu cedi um aparte ao vereador Flávio, ainda estou com a palavra. Queria dizer ainda que eu vi numa comparação aqui que Belo Horizonte tem ‘X’ de IPTU, Nova Lima tem quase quatrocentos reais de per capita... Nova Lima tem setenta por cento de bairros nobres, Belo Horizonte tem cinco ou seis bairros nobres, há uma discrepância muito grande. Porque que eles escolheram morar em Nova Lima? Porque Nova Lima é nobre. Nova Lima, repito, tem setenta por centos dos bairros nobres, Belo Horizonte tem quatro, cinco, no máximo meia dúzia de bairros nobres, vale salientar isso aqui. E quando as pessoas antecipam o nosso voto, ela ratifica o desrespeito dela por esta Casa, porque eu não me lembro de ter manifestado aqui voto a favor e nem contrário, estou manifestando hoje. E nas redes sociais já estão dizendo que eu sou contra o voto, que eu sou contra o projeto, que eu estou contra a população.



Então, isso é o cúmulo do desrespeito. Muito obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ainda sobre este assunto, eu entendo perfeitamente, acho até louvável, a participação do pessoal do condomínio, das Seis Pistas, daquela área nobre da cidade, na política da cidade. Acho muito legal que isto tudo esteja provocando uma mudança de comportamento, onde eles estão até se tornando eleitores de Nova Lima, transferindo os seus títulos e se reconhecendo como cidadãos nova-limenses. Essa discussão toda está valendo para isso, não é? Porque é muito fácil ficar no alto do seu luxuoso apartamento atirando pedra, tratando todo mundo como se fosse a plebe, como se eles fossem superiores. E a política mostra que não é assim, tanto é que vocês, alguns tiveram que colocar o GPS para chegar aqui no dentro da cidade porque não conhece o centro da cidade. E alguns... Eu estou falando com propriedade, estive conversando com o presidente da associação da Amavise e falei para ele, vocês só não vão mudar o meu voto e o meu voto é contrário ao aumento do IPTU, não que eu seja contra a regulamentação do imposto, que todo mundo sabe que é desordenado, que precisa de uma adequação, só que o momento não é propício, isso eu falei pessoalmente para o prefeito. O momento não é propício, não votaria jamais um projeto desses a toque de caixa, sem analisar, sem um profundo estudo, não colocaria os problemas do município na conta de uma classe só porque ela é alta, e a gente sabe que os problemas são outros. Mas essa estratégia de fazer política, inclusive, você que bateu palma, essa estratégia de fazer política está toda errada, se você quer fazer política faça de uma forma séria. Faça de uma forma séria, faça respeitando para ser respeitado”. A plateia se manifestou. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não, eu sou... Olha... Se a senhora gostaria de uma informação, meu gabinete está aberto para a senhora, eu vou atender a senhora com o maior prazer, mas aqui a senhora, infelizmente, não pode se manifestar porque aqui é



uma Casa de Leis e tem ordens e que têm que ser cumpridas. Infelizmente, a senhora já era até para estar do lado de fora. Se eu fosse Presidente, a senhora já estaria”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “a senhora não está com a palavra, por favor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é, mas é a lei, é o Regimento”. O Senhor Presidente: “por favor”. O vereador André Vieira: “é a lei, é o Regimento. É o Regimento. Se a gente for discutir aqui, aí a reunião não... A Casa de Leis não funciona. Então, aqui existe uma Tribuna Popular, qualquer cidadão nova-limense pode se inscrever e participar da Tribuna Popular. Essa Casa sempre foi aberta ao povo, o povo sempre participou. É que, realmente, vocês não conhecem a política da Casa, estão chegando agora e eu acho interessante que vocês passem a participar mais da política da cidade de Nova Lima. Acho, realmente, interessante”. A plateia continuou a se manifestar. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu não estou aqui... Eu não estou aqui... Eu não estou aqui... Eu não estou aqui criticando, meu gabinete está aberto. Eu conversei com o presidente da Amavise, até fiz uma pergunta, quem foi que disse que eu estou na dúvida? Se eu nunca conversei sobre esse projeto? Eu até disse para...”. A plateia continuou a se manifestar. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu até disse para ele... Senhor Presidente, por favor”. O Senhor Presidente: “eu pediria... Demagogia não. O senhor...”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “eu vou pedir para colocar o senhor para fora, a última oportunidade, fica quietinho aí. Infelizmente, eu vou ter que pedir à Guarda para colocar o senhor... Vai ser desagradável para mim e para o senhor. Colabora aí, é a última vez. Está escutando o que, rapaz? Você está tumultuando. Você não pode manifestar, é a última vez. Prossiga”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a questão é o seguinte, realmente, uma das citações que foram feitas é uma forma, é uma estratégia política, estão usando





um fato para poder fortalecer a região politicamente e até fazer vereador e eu acho isso louvável, isso faz parte da política, isso é normal. Agora, faça da forma correta. Não tem nada a ver você ficar fazendo chacota com o nome... Pelo menos com o meu nome. E achar que eu, particularmente, e isso eu conversei pessoalmente, achar que eu, particularmente, vou mudar o meu voto por conta dessa, de qualquer tipo de pressão é, realmente, desconhecer totalmente a política dessa Casa porque se conhecesse, saberia que eu já enfrentei esse Plenário aqui várias vezes e fui vaiado, e tomei as minhas posições de acordo com a minha convicção, e assim vai continuar sendo. Nesse caso específico, eu sou, realmente, contra o aumento de IPTU, da forma que está sendo conduzida, isso eu já manifestei. Agora, o que eu estou falando aqui é porque estão... Tem pré-candidato a vereador, pré-candidato a prefeito e tem pré-candidato à 'mãe de nada' porque tem gente que está adivinhando aí as coisas e adivinhando até o meu voto sobre um projeto que eu nem li. Até ontem, eu estava conversando com o Sérgio, e eu falei: 'até hoje esse projeto não chegou na minha mão'. E chegou hoje, chegou hoje, pouco antes da reunião. Então, é só para deixar claro que a pressão faz parte da política. Então, se você usar dessa estratégia para pressionar, você também tem que aceitar o revide porque é um jogo político, então, vamos ver quem tem mais lenha para queimar. Obrigado". O vereador Leci Alves Campos: "Senhor Presidente, questão de ordem". A plateia se manifestou. O vereador André Luiz Vieira da Silva: "o senhor não é vereador não". O Senhor Presidente: "eu quero...". A plateia continuou a se manifestar. O vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente, questão de ordem. Não senhor. Questão de ordem, Senhor Presidente. Toma as providências". O Senhor Presidente: "você vai colaborar ou não? Põe esse rapaz para fora, de camisa aí. Vai conversar". A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: "vai colocar, vai colocar. Vai



colocar, vai colocar, vai colocar”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “eu estou determinando que a Guarda coloque esse rapaz. Minha paciência esgotou com vocês. Minha paciência esgotou com vocês. Fica quieto aí, rapaz. Você não pode manifestar, eu já pedi dez vezes”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “falou? Faz o favor de retirar. Faz o favor de retirar”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “vai retirar sim. Pediria à Guarda para colocar aquele rapaz de camisa listrada para fora”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “não, não. A senhora é delegada lá fora. Eu vou pedir para tirar a senhora também. Está bom? Eu vou pedir à senhora também para se retirar. A senhora é delegada lá fora, tá”. A plateia continuou a se manifestar. O Senhor Presidente: “está suspensa a reunião, está suspensa. Vocês... A maioria de vocês não conhece nem a nossa praça. Não vem querer tirar aqui não, falou?”. Após suspensão da reunião, o Senhor Presidente: “vamos reiniciar a reunião. Nós vamos... Nós vamos...”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “vocês têm que respeitar isso aqui por bem ou por mal. Vocês... Eu estou aqui há vinte e três anos e eu nunca vi isso. Vocês vão respeitar essa Casa por bem ou por mal, tá? Vamos reiniciar...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “vamos reiniciar a reunião”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “quero esclarecer... Quero esclarecer...”. A plateia se manifestou. O Senhor Presidente: “vocês... Vocês têm que respeitar as pessoas. Vocês... Alguns de vocês usam as redes sociais para atacar essa Câmara, atacar os pais de família, tá? Vocês têm que respeitar. Silêncio, senão vai sair um atrás do outro”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos. Que isso?”. O vereador Leci Alves Campos: “Mesa Diretora, vereadores, hoje



nós estamos tendo a oportunidade, Senhor Presidente, até de as pessoas que ainda não conheciam a Casa, conhecer e também conhecer o Regimento. O Regimento, além de dizer que a plateia não pode manifestar, o Regimento também diz que o vereador tem direito de pedir vista, vereador tem direito de pedir dispensa de parecer e interstícios, prazos. O meu pensamento seria o seguinte, Senhor Presidente, quando a gente já imagina o projeto, já analisa o que se tem se falado, a gente já vai tendo, internamente, um pensamento como que vai agir na votação do projeto. Por exemplo, foi citado que tem pessoas que nem vereadores são já tinham a cópia do projeto. Eu recebi agora. Eu já tenho o meu voto formado porque eu penso da seguinte forma, que poucos aqui devem ter tido algum aumento de salário. Nossos funcionários públicos, além de não ter aumento de salário, ainda perderam benefícios. Então, eu entendo que não é o momento de ter aumento de impostos, não é só o IPTU não, o custeio também da iluminação pública. Tanto é que eu sou o presidente da Comissão de Legislação e Justiça juntamente com o meu relator, Dr. Fausto Niquini, nós já demos o parecer contrário ao reajuste do custeio da iluminação pública. E esse parecer, como ele tramitou, como não foi solicitada a dispensa de parecer e interstício, ele tramitou. E na tramitação dele, foi onde nós, apesar de que somos três na Comissão, dois votaram a favor que ele seja... O parecer contrário desse projeto. Pelo que eu creio, Senhor Presidente, o Senhor vai tomar as providências cabíveis aí daqui a pouco sobre essa tramitação. Agora, com relação à posição do vereador, a gente solicita que as pessoas que, às vezes, não têm muito conhecimento ou não têm a vivência, não têm a rotina de conviver aqui, que conheçam um pouco do Regimento da Casa e, quem sabe, quem está vindo hoje pela primeira vez, seja um motivo para voltar várias vezes, todas as terças-feiras nós temos reuniões, todas as terças-feiras nós vamos discutir não somente impostos, a gente



discute a vida do cidadão nova-limense. As pessoas que moram em outras regiões são cidadãos nova-limenses, então, têm o direito de ser respeitados, têm o direito de vim a esta Casa e têm o direito de ser ouvidos por nós. Então, eu gostaria de deixar muito claro, Senhor Presidente, que é um ditado que, às vezes, de uma coisa ruim a gente extrai uma coisa boa. A gente está tendo essa oportunidade e de discutir esse assunto, porque já estamos há muito tempo de reunião discutindo sobre o IPTU. Eu tenho certeza que muitos colegas já têm a posição sobre esse projeto, mas também sabemos que temos que respeitar se o vereador pediu a dispensa, se o vereador vai pedir vistas, é o Regimento da Casa, gente. E nós ainda não estamos votando mudança de Regimento para acabar com isso. Temos que conviver com isso. Muito obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de esclarecer que eu, como Presidente da Câmara, lógico que eu conheço os nove vereadores, os nove colegas. O que nós já passamos aqui, principalmente neste mandato, de pressão. Foi muita pressão e não tem um vereador aqui que vota sob pressão, não adianta. Eu conheço... Conheço os defeitos e as virtudes dos nove, mas sob pressão aqui, eu tenho certeza absoluta que nós não votamos. Já... Isso aqui é uma galeria com cerca de cem pessoas, nós já enfrentamos no passado aí mais de mil e votamos de acordo com nossa consciência. Alguém pediu...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “primeiro, eu queria lamentar esse episódio de hoje. Durante todo esse tempo que estou nesta Casa, eu nunca vi isso acontecer aqui. Ao mesmo tempo, eu queria parabenizar o Senhor pela postura porque esta Casa, de fato, tem um Regimento. E quando o vereador se coloca que tem o Regimento, que são direitos de ida e vinda é verdade, são direitos de ida e vinda. Mas o



que está acontecendo aqui, hoje, é um direito na contra mão da direção. O direito de se lançar a candidato, o direito de pleitear uma vaga nesses assentos, ele é legítimo de qualquer cidadão, ele é legítimo. Agora, o que não é legítimo é o cidadão querer vim nesta Casa e votar pela gente, que é o que está acontecendo hoje. Eles não vieram pedir o voto para a gente, eles não vieram apresentar uma contra proposta, eles vieram votar para a gente na marra. E para votar nesta Casa, gente, tem que ir para a rua, disputar eleição, ganhar, precisa ganhar, não é só disputar não, sentar aqui e votar. Hoje o voto é nosso, isso tem que ser respeitado. E que façam igual essa mulher do e-mail aqui disse, ano que vem não vote na gente, vote em quem ela quiser, aí ela pode vim aqui e sentar aqui, vote nela mesmo, quem sabe ela senta aqui e vota o projeto? Mas hoje o voto é nosso, isso tem que ser respeitado. Isso que está acontecendo hoje aqui é o cúmulo do absurdo. Muito obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Presidente, questão de ordem. Eu só vou lembrar que, realmente, eu estou há dezesseis anos nesta Casa, pode olhar nos Anais da Casa que eu nunca votei aumento de IPTU, sempre votei o INPC e a correção, nunca. Anteriormente, há alguns meses atrás, realmente, eu dei uma declaração e algumas pessoas me entenderam mal e... Os prefeitos que passaram, que eu não vou dizer que é esse, são vários para trás, não deram nada para a Planta de Valores do município, não fizeram nada. E não é de uma hora para a outra que você consegue, no mês de dezembro, você chegar a um consenso de valores. Isso ele tem que começar em fevereiro, ouvir a sociedade, ouvir associações, chegar a um consenso, porque não é eu que vou falar quanto custa um apartamento lá na Vila da Serra ou até dentro de Nova Lima, nem o vereador Fausto e muito menos a plateia, o que vai falar é o valor do imóvel. É isso é que funciona desta forma, não tem outra forma. Então, como o imóvel em Nova Lima, algumas partes ficaram muito defasadas, então, é evidente também que



“você não pode pegar o IPTU e jogar trezentos por cento, você tem que diluir isso dentro de cinco a dez anos, isso é a realidade que tem que ser feita. Porque que eu pedi para votar isso hoje e é um direito constitucional meu pedir dispensa de interstícios e pareceres, porque eu acabei e não vou repetir, são projetos, dois projetos mortos porque eu sei que na Casa ninguém vai votar esse IPTU, vão olhar e não vão votar. Agora, eu respeito vista porque está dentro do Regimento, respeito o vereador virar e falar assim: ‘não, eu tenho que ler’. Tudo bem, tem que ler, mas quer apostar que daqui a uma semana vem aqui e tem dez votos contra o projeto? Então, eu estou diminuindo o martírio das pessoas vim aqui, mas... Porque eles têm que cuidar... Eles têm que cuidar do que é deles, só isso, mais nada. Presidente, eu fiz o meu discurso, ouvi de todo mundo e eu não citei nome de vereador nenhum, viu?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu torci a língua aqui para me calar diante disso, mas eu não posso me calar. O vereador que acaba de discursar é o mesmo que falou aqui há pouco tempo que lá em cima tinha que ter mil por cento de IPTU, mil. Só mudou de ideia porque tomou um pau do povo lá em cima. Isso não é justo não, certo? Agora, o senhor devia ter pensado antes de ter falado. Se a ideia do senhor mudou é louvável que ela seja mudada, certo? Eu não estou aqui antecipando o meu voto não, não estou dizendo que vou votar a favor e nem contra, estou dizendo da legitimidade do voto. Agora, esse discurso não me convence não, certo? Isso eu não posso aceitar. Quando o vereador fala: ‘que eu tenho certeza que semana que vem vão ter dez votos contra aqui’. Uai, o senhor vota para mim? Isso é ilegítimo, isso é mais uma vez um absurdo. Muito obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem, por favor”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Nélio Aurélio”.



O vereador Nélio Aurélio de Souza: “lembrar bem que o meu discurso, se as pessoas prestaram bem atenção, eu não falei para aumentar mil por cento de IPTU, eu falei que via disparidade de alguns fatores deste valor. Até porque nesse projeto aqui que vereador vai ler, vai ver que tem aqui até trezentos por cento de IPTU e não pode se fazer isso, se não diluir no longo de um tempo isso tudo. Agora, falar na minha cara aqui que eu falei que eu ia aumentar, até porque eu não tenho poder para isso, quem tem poder para isso é o próprio imóvel, porque qualquer cidadão que está na plateia aqui, que mora em Nova Lima, se ele olhar o IPTU dele e falar que é um absurdo, ele ganha aquilo fácil, porque é o valor do imóvel que fala quanto que vai pagar. Agora, eu não entendi essa de dizer que eu falei mil por cento. Eu falei que tem alguns imóveis que tem até disparidade disso, mas eu não vou antecipar meu voto como eu disse. Eu estou há dezesseis anos na Casa, eu não estou aqui há um mandato, eu estou há quatro, não é primeiro mandato meu. Eu nunca votei um IPTU, pode pegar nos Anais da Casa, nunca, nunca votei um IPTU, só INPC. E o prefeito está pegando o boi se isso não passar porque ele que vai fazer. Eu não faço, mas ele vai fazer. Ele vai pôr onze por cento, que é a inflação, em cima disso, e está muito bom porque o Brasil está um lixo e aqui chega também, ninguém tem dinheiro para nada. Agora, se eu falei lá atrás, então retiro, eu falei, não falei mais, acabou. Contra e...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Flávio de Almeida”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu não citei nome de vereador nenhum”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador... Depois, posterior, eu cederei a palavra para o senhor”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sim”. O Senhor Presidente: “o Flávio pediu antes”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente,



somente para a gente passar para a outra parte porque isso já é uma parte vencida já. Ela já foi discutida, já não tem mais como discutir isso hoje, isso já é fato. Então, só para o Senhor passar para a outra parte para a gente caminhar na reunião”. O vereador Gilson Antônio Marques: “mas eu pedi questão de ordem”. O Senhor Presidente: “o vereador Gilson pediu a questão de ordem, ele tem direito”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu também não citei e não citarei...”. O Senhor Presidente: “a vereadora Ângela pediu, ela tem direito. Com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu não citei e não citarei o nome de vereador nenhum, mas quero dizer que se o vereador está dizendo que retira o que ele falou, muito bem, aí abre-se uma discussão porque eu recebi no meu gabinete dois dos representantes da Amavise, salvo engano, falando que lá tem gente que está começando a vida, que não era assim e que o vereador havia falado esse negócio e que ele tinha colocado nas redes sociais, e tinha acho que algo em torno de cinquenta mil visualizações, dois dos membros estiveram na minha sala dizendo, e falando das demandas do Vila da Serra e etc. e tal, eu disse: ‘olha, o governo está muito ruim’. Eu me lembro muito bem da minha fala: ‘eu não posso fazer promessa nenhuma que eu não possa cumprir, não é do meu perfil, o governo está muito ruim, mas eu posso receber as demandas de Vossa Excelência e trabalhar junto, ver o que poderá ser feito dentro da demanda’. Meu assessor fez contato com eles umas dez vezes. Ele não queria resolver demanda, ele queria tumultuar as coisas. Quem te recebeu? Dez vezes ele foi procurado para receber as demandas, não chegou nenhuma, nenhuma. Então, ele não queria conversa, ele queria fuxicar a Câmara aí para ficar enchendo o saco. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “com a palavra, a vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu não posso concordar de falar que o projeto já nasceu cachorro





morto, isso é desrespeito com essa Casa. Nenhum projeto nasce cachorro morto não, nenhum projeto nasce cachorro morto não. Então, é desrespeito conosco falar uma coisa dessa. Então, se um projeto nasce cachorro morto, então não precisa de ter Plenário, nasceu cachorro morto. O Senhor arquiva ele dentro da gaveta do Senhor e não coloque ele em pauta. É só o Senhor fazer isso, é só o Senhor fazer isso. Agora, se o projeto vem aqui para o Plenário é para a gente analisar sim, isso é responsabilidade nossa. Nós estamos aqui a serviço e nós temos que ler sim e saber o que está colocado aqui no projeto para a gente poder votar. Aí está muito cômodo, eu chego aqui: 'ah, não, esse aqui é um projeto que já nasceu morto, não vou nem lá na reunião da Câmara, nasceu morto, cachorro morto, eu não vou nem lá na Câmara'. Que isso? Isso é falta de respeito com a gente, não é? Então, no momento em que o projeto chegou na Casa no dia dez de dezembro e nós recebemos hoje o projeto, às dezoito horas e trinta e cinco minutos, esse projeto todinho aqui, todinho. Então, ninguém leu esse projeto. Ninguém leu esse projeto dos vereadores porque nós recebemos, todo mundo, foi aqui, todos receberam o projeto aqui na hora, na hora. Então, ninguém leu, ninguém leu esse projeto. Então, eu acho que tem... Nós temos que nos respeitar, nós temos que nos respeitar, não é? Então, Senhor Presidente, eu não concordo com isso, com esse desrespeito à nossa pessoa, nós mesmos nos desrespeitando. Não, isso não pode acontecer, não. Se semana que vem...".

O vereador Gilson Antônio Marques: "me dá um aparte, vereadora?". A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "se semana que vem que vem vai ser dez a zero, que maravilha que vai ser dez a zero. Que maravilha que vai ser dez a zero, mas a gente não pode subestimar o voto de cada vereador". O vereador Gilson Antônio Marques: "me dá um aparte?". O Senhor Presidente: "vereadora, eu pediria que a gente encerrasse esse assunto. A senhora vai conceder um aparte...". A vereadora Maria Ângela Dias Lima



Pereira: “eu vou agradecer...”. O Senhor Presidente: “a senhora vai conceder um aparte ao vereador?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pois é. Eu vou agradecer a minha participação e vou deixá-lo terminar. Obrigada”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu prometo que me esforçarei para fazer a última fala dentro desse assunto. Queria dizer, baseado na fala da vereadora, que de fato o projeto é desconhecido por todos nós. Aí quando você fala, aqui na fala também do vídeo tem dizendo que esse governo desmazelado, mau gestor, e eu sei disso. Só minha, minha, que hoje estou defendendo os princípios desta Casa, tem cinco denúncias no Ministério Público contra este governo, cinco assinadas, não é denúncia anônima não. Cinco: uma de Plenário, duas ou três de Plenário e duas que eu assinei o ofício e mandei lá. E o mesmo direito tem o cidadão comum, o mesmo direito. O negócio não é falar, falar, falar, não. Achou uma irregularidade, tem como sustentá-la, o Fórum é ali, vai ali e denuncia. Não tem que ser só essa Casa não. Eu denunciei cinco vezes cinco irregularidades que eu achei, mas eu posso encontrar outras daqui para frente, inclusive dentro desse próprio projeto pode ter uma irregularidade. Será que a Planta de Valores foi corrigida de acordo? É o que eu disse aqui ainda há pouco. Será que ele merece o meu voto? Será que ele não merece? Mas isso é uma prerrogativa minha, eu não posso fazer isso sob pressão não. Muito obrigado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, só meio segundo, para mim... Por favor”. O Senhor Presidente: “eu sou democrático, aqui é uma Casa de discussão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “com certeza”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Nélio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só lembrando...”. O Senhor Presidente: “eu pediria para gente terminar”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só fazer um registro aqui que quando eu citei, eu falei que o projeto nasceu morto, eu não



falei que é cachorro morto. E se eu, com meu pensamento democrático, da minha prerrogativa em Plenário que eu tenho, eu subestimei algum vereador em termos de dizer que ele nasceu morto, eu peço desculpas a todos os vereadores, mas a intenção não foi subestimar ninguém porque eu acho que nós estamos num recinto democrático e a palavra nossa é livre para todos nós comentarmos o que nós entendemos que é de direito. E eu, no momento, entendi que eu poderia falar isso, mas se houve reclamação, o meu comportamento nessa Casa foi sempre democracia, se entende que foi, eu peço desculpas aos vereadores. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero esclarecer que a tramitação por Comissões já foi dispensada pelo Plenário sobre esses dois projetos. Na segunda parte, se o projeto tiver pedido de vista, teremos que conceder e a votação será no próximo dia vinte e oito, nós faremos uma reunião extra”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.542/2015, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Instituto Educacional e Cultural Ouro Verde. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse meu projeto, ele... Está bom, Senhor Presidente, eu vou... Eu ia pedir... Não, tudo bem, você tem razão”. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.543/2015, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – CCIP, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer pela não aprovação do projeto. O Senhor Presidente: “tendo em vista apresentação de parecer contrário à continuidade da tramitação, submeto à votação em Plenário do Projeto 1.543. Pediria aos vereadores que prestem atenção, Parecer do Projeto 1.543. Os vereadores que concordam... Vou frisar bem que é o



projeto da iluminação pública, Parecer contrário do vereador Fausto Niquini. Então...”.

O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, Parecer contrário da Comissão de Legislação e Justiça”. O Senhor Presidente: “quem fez o Parecer contrário foi o Fausto Niquini”. O vereador Leci Alves Campos: “Presidente”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “ele faz parte de uma Comissão, se tivesse só a assinatura dele não teria validade nenhuma o parecer dele”. O Senhor Presidente: “somente tem a assinatura do vereador Fausto Niquini”. O vereador Leci Alves Campos: “se tem só a assinatura dele não vale porque uma assinatura só não vale. Faça o favor de conferir então, por favor. Que eu saiba eu sou o presidente...”. O Senhor Presidente: “vou conferir, vereador, vou conferir. Então...”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “me dá licença. Vou colocar que o vereador Leci também assinou este Parecer contrário. Então, eu vou colocar em votação, mas antes o vereador Fausto Niquini com a palavra”. O vereador Fausto Niquini: “não, eu só gostaria de esclarecer, Senhor Presidente, que se não tivessem duas assinaturas, o Secretário nem teria lido, não é isso? Mas assinou o parecer, assinaram o parecer os vereadores...”. O Senhor Presidente: “sim senhor”. O vereador Fausto Niquini: “eu e o vereador Leci Campos, o presidente e o relator”. O Senhor Presidente: “sim senhor. Em discussão o Parecer da Comissão de Legislação e Justiça”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Senhor Presidente, primeiro eu gostaria de agradecer à Mesa Diretora porque semana passada nenhum Parecer estava conosco, ele estava sendo lido sem estar conosco. O Senhor não votou o Parecer e encaminhou aos gabinetes no outro dia os Pareceres para que a gente pudesse, realmente, ter oportunidade de ler com tranquilidade e acompanhar a leitura feita pelo Secretário. Então, eu gostaria de



agradecer ao Senhor de ter mandado para os gabinetes os Pareceres que não foram colocados na reunião passada. E eu gostaria de falar, já antecipar o meu voto que eu vou votar de acordo com a Comissão, eu concordo com a Comissão, realmente, ele tem pontos que eu não concordo, mas tem pontos que, realmente, levam a considerá-lo inconstitucional. Então, eu vou votar de acordo com o Parecer dos vereadores Leci Alves Campos e Fausto Niquini”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também quero aqui... Eu também quero aqui manifestar o meu apreço ao Parecer dos dois, do Fausto Niquini e do vereador Leci Alves Campos, e quero ser coerente com a minha fala desde o primeiro momento em que disse que era totalmente contrário a essa questão do aumento da taxa de iluminação pública. E o senhor relator, Vossa Senhoria trouxe um elemento novo ainda que foi a questão da constitucionalidade. Então, é só mesmo manter essa nossa coerência de dizer que eu vou votar com respeito ao que está posto e com a minha responsabilidade com o povo de Nova Lima. Então, parabéns pelo Parecer e eu voto totalmente com vocês no Parecer”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. Como a Sua Excelência já está colhendo os votos individuais, eu voto também com o presidente e com o relator na íntegra. Obrigado”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam com o Parecer permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Gostaria de fazer um comentário, que é um absurdo o prefeito mandar um projeto para a Casa aumentando iluminação pública cinquenta, quarenta por cento, eu acho um absurdo. Quando o vereador... Colega vereador, ele sempre disse nesta Casa que a Cemig estava sucateada, que faltava energia na cidade toda e hoje eu não posso concordar e tenho certeza que alguns vereadores não concordam com esse aumento exorbitante. Resultado da votação: os vereadores mantêm o Parecer da Comissão de Legislação e Justiça, determinando o arquivamento do



projeto. Dez votos a favor do Parecer dos vereadores Leci Campos e do vereador Fausto Niquini, ambos contrários ao projeto. Quero parabenizar os vereadores porque na crise que os brasileiros, nós passamos, eu não posso aceitar, os vereadores não podem aceitar pressão nesta Casa e votar no exagero de um percentual de quarenta a cinquenta por cento”. 3) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente à Proposta Orçamentária 2016: Projeto de Lei nº 1.547/2015, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício financeiro de 2016”; Projeto de Lei nº 1.548/2015, que “Dispõe sobre a Concessão de Auxílios, Contribuições e ou Subvenções Sociais”; Projeto de Lei nº 1.549/2015, que “Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares no decurso da Execução Orçamentária de 2016”; Projeto de Lei nº 1.550/2015, que “Autoriza a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2014/2017”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é só para consultar o Secretário, essa questão orçamentária aí nós temos quatro projetos, serão lidos individualmente cada parecer? Está bom, muito obrigado”. O Senhor Secretário proferiu leitura dos quatro Pareceres. A comissão emitiu pareceres favoráveis à tramitação dos quatro projetos referentes à Proposta Orçamentária. O Senhor Presidente: “eu vou pedir ao Plenário licença para eu fazer um pequeno comentário, que eu acho que o prefeito Cássio Magnani fez... Atropelou este vereador. Ele mandou um Orçamento aqui, quinhentos e cinquenta milhões, eu não concordei, fiz uma emenda passando para quatrocentos e quarenta milhões, dois mil e quinze. O que fez o prefeito? Ele vetou. O maior absurdo, ele vetou a minha emenda e mandou os mesmos quatrocentos e quarenta milhões. Então, ele não dá virtude para o vereador, o vereador luta, trabalha. Então, eu não posso concordar que ele vete uma emenda do vereador e mande a mesma quantia. Eu gostaria só de fazer esse comentário. Infelizmente, o Cassinho não tem dado virtude,



não só para mim, para outros vereadores. Então, a gente procura trabalhar certo. Aqueles setecentos e vinte milhões no Orçamento, aquilo acabou com Nova Lima. Eu, com a minha experiência aqui dentro, ainda eu acho que quatrocentos e quarenta está um pouco elevado. Deus ilumine que para dois mil e dezesseis seja quatrocentos e quarenta. Queria fazer esse comentário porque eu fiquei muito chateado. Com a palavra o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Campos: “Senhor Presidente, é só para confirmar, o valor do Orçamento é quatrocentos e sessenta”. O Senhor Presidente: “obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Senhor Presidente, levando em consideração que os Pareceres da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas são favoráveis ao prosseguimento da matéria e estão de acordo com a Lei Orçamentária enviada pelo prefeito a esta Casa, eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário para que essa lei pudesse passar para a segunda parte e ser votada hoje”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, antes de o Senhor consultar o Plenário, eu vou justificar meu voto. Eu abster dessa votação proposta pela vereadora Ângela Lima porque mesmo que seja deliberado pelo Plenário aqui com nove votos, com exceção da minha abstenção, no momento da votação eu vou tomar minha medida de acordo com o Regimento Interno da Casa. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu também quero adiantar que eu vou me abster, eu não concordo. Eu consulto o Plenário sobre a solicitação da vereadora Ângela Lima, dispensa de interstícios e votação da Proposta Orçamentária 2016, autoria do Poder Executivo, em dois turnos na segunda parte da reunião. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Eu vou me abster, o vereador Leci já adiantou que vai abster. Sete votos favoráveis, com duas abstenções”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, só questão de



ordem. Eu votei também para passar para a segunda parte de votação. Só lembrando, o pedido da vereadora foi para as duas votações ou uma só?”. O Senhor Presidente: “ela pediu foi somente para o Orçamento, não é isso? Para o Orçamento”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “tá, então, se são as duas, só lembrar...”. O Senhor Presidente: “um momento, a senhora pediu para as duas?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “as duas votações”. O Senhor Presidente: “sim, senhora. As duas”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então, se são as duas, só lembrar a Sua Excelência que se votar o Orçamento, a Casa sai de recesso hoje, viu? Só lembrando isso, pelo Regimento da Casa”. O Senhor Presidente: “tem vereador que já manifestou que vai pedir vista. Por deliberação plenária, coloco a Proposta Orçamentária 2016 em votação e havendo apresentação de emendas, solicito ao Senhor Secretário que faça a leitura. Pedimos ao Senhor Secretário que prossiga à leitura dos pareceres”. 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.555/2015, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre o fornecimento de repelentes de insetos às gestantes usuárias do Serviço Público de Saúde do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Eu gostaria de pedir à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas... Quem que é? Eu gostaria de pedir à essa Comissão que elaborasse esse parecer, é lógico, dentro das possibilidades, até a nossa próxima reunião plenária, que vai ser extraordinária, porque senão a gente não consegue votar mais esse projeto nesse ano. Então, vou pedir essa gentileza dos componentes da Comissão, por favor. Muito obrigado”. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.557/2015, autoria do vereador José Guedes, que “Altera a Lei Municipal





nº 2.507, de 29 de maio de 2015, que dispõe sobre a desafetação de área institucional que especifica, autoriza a sua doação onerosa à Promed Assistência Médica Ltda., além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.561/2015, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a doação à União dos bens que especifica, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) O Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei 1.558/2015 em sua primeira votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu quero pedir vista desse projeto”. O Senhor Presidente: “concedida a vista à vereadora Ângela Lima”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem. Como já manifestado aqui antes, eu queria só fazer coro com a vereadora”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Para manter o homem público que sou, vou acompanhar a senhora na vista”. 2) O Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei nº 1.560/2015 em sua primeira votação. Em discussão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Peço também vista neste projeto”. O Senhor Presidente: “concedida a solicitação da vereadora Ângela Lima de vista”. 3) O Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco a Proposta Orçamentária 2016: Projeto de Lei nº 1.547/2015, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício financeiro de 2016”; Projeto de Lei nº 1.548/2015, que “Dispõe sobre a Concessão de Auxílios, Contribuições e ou



Subvenções Sociais”; Projeto de Lei nº 1.549/2015, que “Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares no decurso da Execução Orçamentária de 2016”; Projeto de Lei nº 1.550/2015, que “Autoriza a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2014/2017” em sua primeira votação. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar vista a essa Proposta Orçamentária, a qual abrange quatro projetos e eu gostaria de justificar porque que eu estou pedindo a vista. Existem alguns pontos financeiros que estou fazendo análise e está me dando muita dúvida e eu acho que eu preciso de mais um tempinho aí para poder definir o meu voto. Para o Senhor ter noção, Senhor Presidente, estamos tendo uma redução de despesa com funcionários quase na ordem de cinquenta milhões de reais, quase dezoito por cento. Então, eu tenho que entender porque está reduzindo essa despesa com mão de obra. E tem um outro item também, Senhor Presidente, que me chamou atenção, foram os encargos especiais, que quando apresentou-se o Orçamento de seiscentos milhões, eles somavam treze e agora quatrocentos e sessenta, somam dezessete. Então, eu estou na dúvida se esses encargos especiais, de repente, são encargos de verbas rescisórias trabalhistas. Então, eu preciso analisar isso. Então, fica mantido, então, meu pedido de vistas, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu quero parabenizá-lo, eu também tenho muitas dúvidas com relação ao Orçamento. A Câmara tem que tomar muito cuidado porque, às vezes, foram votados aqui Orçamentos a toque de caixa e a cidade toda critica os vereadores. Eu não vou ficar relatando aqui, mas eu também vou fazer algumas emendas”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é só para ficar registrado, então, como há o meu pedido de vistas, a gente continuaria com a análise desse projeto na próxima reunião que, pelo que o Senhor mencionou, está prevista para o próximo dia vinte e oito. O Senhor me fala o horário, por favor, por se tratar de uma... É dia... É dia vinte e oito.



Qual o horário, por favor, Senhor Presidente?”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu, atendendo a solicitações de alguns vereadores, eu vou pedir a colaboração para a gente... Nós realizarmos dia vinte e oito, é um dia só de diferença... Eu vou olhar com os vereadores aqui qual é o melhor horário”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “coloco em Plenário a sugestão”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem. Na parte da manhã não tem como fazer reunião, uma vez que tem reunião da CPI e é oitiva”. O Senhor Presidente: “o senhor concorda às dezoito horas?”. O vereador Flávio de Almeida: “perfeito”. O Senhor Presidente: “reunião ordinária dia vinte e oito, às dezoito horas. Obrigado. Terceira parte...”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Antes de o Senhor ir para a terceira parte, eu gostaria de fazer um agradecimento aqui. Primeiro, aos funcionários da Câmara Municipal por terem participado do Natal Solidário do Jardim Canadá, e aos funcionários da prefeitura por terem participado, e a todo morador que também participou do nosso Natal, fazendo com que mil e quinhentas crianças recebessem o seu presente. E uma coisa que eu pude perceber, é interessante, a gente tem que viver no meio do povo para você sentir o que realmente é o povo, e quanto menos tem mais se doa nesse país, não é? E outro negócio também que a gente percebeu, a gente visitando as pessoas, colhendo os brinquedos, as cartas, não é? É que educação é algo interessante. A senhora é uma educadora, não é? Educação não passa por uma faculdade, não passa por uma universidade, não é? Ela é algo interessante, ela vem do ser humano, ela vem desde o berço, e a gente pode perceber isso a cada dia, a cada minuto que se vive, não é? Como vimos aqui hoje também, algumas das vezes não adianta um belo diploma, não adianta falar línguas, não é? Quando não se tem educação



é algo interessante. E para eu encerrar, eu gostaria de agradecer o apoio da Guarda Municipal, por ter nos ajudado a manter a ordem e ter prevalecido a Constituição Federal, a qual dá todo o poder a esta Casa de escolha e de voto. Então, o meu agradecimento se estende ao Senhor, Presidente, por ter tido também a postura. Obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu queria hoje agradecer Vossa Excelência pela consideração que teve, e vou falar pelo meu gabinete, acho que com todos, mas eu vou falar do que vi no meu, que o Senhor se lembrou, com um cartãozinho, de todos os funcionários do gabinete, inclusive de mim, muito obrigado por essa consideração. E fazer um comentário, no início aqui dessa reunião hoje houve todo aquele tumulto, aquela discussão, não é? Desrespeito, tentativa de... Achando que é casa de mãe Joana isso aqui, não é? Cada um querendo falar, inibir nosso trabalho, mas quando encerrou o assunto do IPTU, que passou a coisa, cadê o pessoal? Onde está o interesse dele em Nova Lima?”. O Senhor Presidente: “bem lembrado, vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “cadê o interesse dele na nossa cidade?”. O Senhor Presidente: “bem lembrado, vereador”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o interesse dele é só em tumultuar, é morar bem e pagar nada. É esse o interesse deles”. O Senhor Presidente: “eu quero agradecer todos os vereadores que me apoiaram. Realmente não são todos, não é? Foi uma meia dúzia de três ou quatro que vieram, realmente, aqui para tumultuar a nossa reunião. Essa meia dúzia de três ou quatro, eu conheço noventa por cento do povo de Nova Lima, eu conheço noventa por cento, e eu corri os olhos aqui e a maioria eu não conheço. Eu tenho certeza que a maioria daquelas pessoas não conhece nem a nossa praça. Eles vieram aqui para tumultuar, eles estão denegrindo a Câmara, algumas pessoas denegriram a Câmara, eles têm seus interesses políticos. O Gilson disse muito bem, têm todo o direito de concorrer,



vão, o cartório eleitoral está ali. A maioria nunca votou em Nova Lima, sempre foram contra as coisas de Nova Lima. Então, eu não vou ficar desgastando com certos elementos. Eu não posso, como Presidente desta Câmara, eu tenho que comandar. E hoje, infelizmente, eu tive que agir com mãos de ferro. Aquela delegada, se ela falasse mais uma palavra, eu ia pedir à Guarda para que ela se retirasse, que isso não é o papel de uma delegada; delegada manda é na delegacia, ela tem que nos respeitar. Então, fiquei muito sentido, principalmente com aquela senhora, ela, como delegada, ela tem que dar respeito. Ela deve ser uma péssima delegada. Obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, como todo mundo agradeceu, eu também quero fazer um agradecimento aqui”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que o cartãozinho que eu mandei é o mínimo que eu posso fazer, mandei para os gabinetes e para todos os funcionários. É o mínimo que eu posso fazer, é de coração, é uma mensagem de Natal e de Ano Novo”. O vereador Flávio de Almeida: “depois o Senhor manda um presente”. O Senhor Presidente: “senhor?”. O vereador Flávio de Almeida: “depois o Senhor manda um presente”. O Senhor Presidente: “sim, o senhor merece”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero agradecer também aqui à Associação Atlética Peñarol, na pessoa do Ném que está ali, teve o cuidado de deixar para a gente aqui um cartãozinho encima de cada mesa. Muito obrigado, viu, Ném? Muito obrigado a todos lá, os atletas da sua equipe. A reunião não encerrou não. É porque está todo mundo agradecendo, eu entrei na onda aqui também”. O vereador Leci Alves Campos: “na hora do requerimento eu falo, Senhor Presidente”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos:

- 1) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de pesar para a família do Sr. Benedito Sotero César pelo seu falecimento no dia



vinte de dezembro de 2015. Em discussão, o Senhor Presidente: “eu pediria o meu colega vereador Alessandro que permitisse que eu assinasse. O Sr. Benedito, para quem não sabe, foi bandeirinha e juiz da Federação Mineira de Futebol por anos, muitos e muitos anos, e foi funcionário da Federação. Uma pessoa muito estimada em Nova Lima. O senhor está de parabéns pela moção”. Requerimento aprovado por dez votos.

2) Do vereador José Guedes: Requer à Mesa Diretora envie moção de aplauso ao Sr. Wilson Rodrigues de Moura pela sua reeleição à Diretoria da Escola Estadual João Felipe da Rocha – Polivalente – para o triênio 2016/2018, assim como pelo excelente trabalho realizado como Diretor à frente da escola. Em discussão, o Senhor Presidente:

“Wilson é um grande amigo nosso, uma pessoa competente. E nós somos sabedores que é muito difícil dirigir as escolas nos dias atuais, então... E eu tenho conhecimento, aquela escola situada na minha região... E o jovem Diretor reeleito, Wilson, ele tem o principal que é o domínio sobre os alunos e a escola”. Requerimento aprovado por sete

votos. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu tenho um requerimento verbal. Eu gostaria de solicitar que seja votada pelos colegas uma moção de aplauso ao advogado Cláudio Luiz Gonçalves de Souza, nova-limense. Ele vai lançar agora em fevereiro um novo livro ‘Zeca Tropeiro Um Herói Brasileiro’. Esse já é o sétimo livro lançado pelo Cláudio e que tem retratado muito a história da nossa cidade em suas obras. Eu gostaria, então, uma moção de aplauso ao mesmo. Muito obrigado”. O Senhor

Presidente: “eu quero esclarecer que eu recebi o livro e nesse recesso eu pretendo ler. É uma pessoa humilde, que realmente eu folhee e fala de Nova Lima realmente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Que bom que é a segunda moção de aplauso que o escritor Cláudio vai receber porque no início, eu fui convidada para o lançamento do livro dele e, na oportunidade, eu mandei



uma moção de aplauso para ele. Eu fico feliz de saber que, mais uma vez, Cláudio recebe a segunda moção de aplauso desta Casa. Obrigada, Presidente”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente. Senhor Presidente, gostaria que esta Casa enviasse uma moção de aplausos para Maria da Glória Barbosa, verbal, mais conhecida como Glorinha, que ela foi reeleita Diretora da Escola Estadual do Jardim Canadá”. O Senhor Presidente: “vereador, ainda não foi votado. Colocar em votação o requerimento de moção. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Com a palavra o vereador Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini: “desculpa, Presidente. Gostaria que esta Casa enviasse uma moção de aplausos para a Glorinha, Maria da Glória Barbosa, ela foi reeleita Diretora da Escola Estadual do Jardim Canadá, mais carinhosamente conhecida como Glorinha, ok? Muito obrigado”. O vereador Leci Alves Campos: “eu gostaria de solicitar ao colega Fausto para eu também assinar essa moção de aplausos”. O vereador Fausto Niquini: “com prazer, vereador Leci Campos”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também, senhor vereador, eu gostaria muito porque Glorinha realmente está fazendo um excelente trabalho lá na Escola Estadual do Jardim Canadá e foi reeleita agora para dar continuidade ao trabalho. Obrigada”. O vereador Fausto Niquini: “perfeitamente”. O Senhor Presidente: “com a concessão do vereador Fausto Niquini, o vereador Leci e a vereadora assinarão o requerimento de moção. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Vereadores inscritos para o Grande Expediente, vereador José Guedes, não vou usar, o que eu tinha que dizer aqui eu já disse. Vereador André”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “bem, eu só queria voltar ao assunto da questão do imposto, do IPTU e dizer que existem duas situações, não é? Uma é a necessidade da população do Vila da Serra, que é igual à necessidade de qualquer cidadão nova-



limense, a questão do IPTU e é quase consenso, se não for, que todos são contra nesta Casa. E a outra é a articulação política que existe na região e que eu acho louvável que se faça esse movimento político visando um assento nesta Casa. Então, isso daí, que fique bem claro, que a gente não é contra isso. O que acontece, eu tive até algumas informações porque eu fui conversar, eu saí aqui e fui conversar com alguns moradores da região do Vila da Serra que eu conheço, que eu tenho recebido no meu gabinete, que eu tenho escutado as suas demandas e o que eu pude perceber é que, realmente, algumas pessoas que não têm nada a ver com a causa estavam aproveitando e criando um certo alvoroço aqui na plateia. Então, a gente sabe que a situação econômica do país, a gente ouviu falar tanto de corrupção, as pessoas que estão no poder que deveriam ser as primeiras a dar o exemplo, a cada dia mancham as páginas do jornal, da internet, com notícias desagradáveis. Então, a população fica insegura, a população fica amedrontada, assustada e é mais do que natural e legítima a manifestação. Aqui existe ordem, é claro, tem que ser seguido, mas eu entendo o manifesto da população lá de cima, talvez tenha até exagerado aqui na minha colocação na hora, mas que realmente a gente fica, às vezes, chateado com as coisas que a gente ouviu por aí, e foi por isso que a gente se pronunciou dessa forma. Mas eu quero dizer e deixar bem claro que eu entendo que é legítimo e todo cidadão que mora em Nova Lima deve ser respeitado, mas também deve respeitar. Então, é inteirar isso e dizer que essas pessoas que ocuparam aqui a Casa fizeram como tantas outras classes já fizeram, não é? Nós já tivemos esta Casa cheia de servidores, cheia de cooperados, já tivemos sem-terra, os empresários aqui brigando pela causa deles, então isso faz parte do processo político. Agora, há de se dizer também o seguinte, que tudo cai na conta do vereador, não é? O projeto não fomos nós que criamos, nenhum vereador aqui participou da criação do projeto, é projeto do Executivo,





vem para cá para nós votarmos e a forma com que, às vezes, vem a agressão em relação aos vereadores parece que fomos nós que criamos, como também parece que fomos nós que criamos todo o caos que está na cidade, o que não é verdade. Então, existe uma crise, existe uma instabilidade muito grande, o emocional de todos está, realmente, à flor da pele e o nosso também. Não justifica qualquer atitude errada nossa, mas fica aqui o nosso manifesto em relação ao apoio da briga que está sendo travada aqui e que eu entendo que, com certeza, a população de Nova Lima vai sair vitoriosa em relação a essa questão de não ter aumento de imposto. O meu posicionamento, volto a reiterar aqui, foi justamente o fato de terem insinuado como se eu estivesse favorável, eu enxerguei dessa forma e me dirigi exatamente à pessoa que se pronunciou, mas que também já conversei com ela, já está tudo resolvido. Mas é bom que esta Casa seja sempre ocupada, seja por classe baixa, classe alta, porque todos são cidadãos novalimenses e volto a inteirar, a insistir que é bom também que todos que desejam participar da vida pública da cidade transfiram os títulos e venham participar mais efetivamente. Claro, sem a necessidade de participar, de ter que vim aqui para dizer que participa da política da cidade, mas que se inteirem realmente do que está acontecendo. Se soubessem, talvez não teriam dito ou falado a meu respeito, teriam me procurado e saberiam qual era a minha posição. Só deixar claro isso, mais uma vez. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu queria, antes de terminar, desejar a todos um feliz Natal, que Deus nos ajude, que dois mil e dezesseis seja melhor para todos os brasileiros do que dois mil e quinze, porque o bicho pegou, nós estamos sofrendo demais, é pressão para todo lado, a crise está aí, mas Deus vai nos ajudar”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião.

---